

Projeto da dívida dos Estados vai ao Senado

RAUL PILATI

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o projeto de resolução do Senado que fixa as condições de rolagem das dívidas dos Estados e municípios para com a União.

O texto deverá ser submetido esta semana ao plenário do Senado, e, se confirmado, Estados e municípios terão de pagar ao Tesouro Nacional, mensalmente, 9% da sua receita líquida até o final de 1994. A partir de 1995, esse comprometimento subirá para 11%.

O presidente da comissão, senador João Rocha (PFL-TO), informou que, segundo seus cálculos, este ano deve ser repassado ao governo federal US\$ 1,015 bilhão, de uma dívida total estimada em aproximadamente US\$ 40 bilhões.

Pelas condições previstas no parecer do relator, senador Ronan Tito (PMDB-MG), o prazo de amortização da dívida total de Estados e municípios poderá ser estendido a até 30 anos.

Como fica — Estão incluídos no limite de repasse os débitos externos e os firmados com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Estão fora do limite as dívidas mobiliárias (títulos) de cada governo estadual ou administração municipal.

Além dos tetos para pagamento, a resolução estabelece limites de endividamento anual. Com isso, será colocada sob certos controles a possibilidade de um governador contratar empréstimos em fim de mandato, e que teriam de ser pagos pelo sucessor.

Hora de pagar — Os pagamentos só começarão a ser feitos depois que o governador ou prefeito assinar contrato de rolagem com o Tesouro Nacional.

Este foi o problema enfrentado pelo Senado na sua resolução anterior, que fixava os limites de repasses em 11% da receita no primeiro ano e aumentava em 15% a partir do segundo.

Nenhum governo, estadual ou municipal, assinou o contrato, porque

as condições não foram aceitas. O senador João Rocha, presidente da comissão, disse acreditar que, desta vez, por terem sido reduzidos os limites, a adesão de Estados e municípios será maior.

Quem deve — O maior devedor da União é o Estado de São Paulo. O débito paulista para com o governo federal é calculado em US\$ 12,6 bilhões.

Em seguida vêm os Estados :

- Rio de Janeiro, cuja dívida é calculada em US\$ 4,25 bilhões,
- Minas Gerais, com US\$ 3,33 bilhões,
- Rio Grande do Sul, com US\$ 2,28 bilhões,
- Bahia, com US\$ 2,14 bilhões e
- Paraná, com US\$ 1,94 bilhão.